

| 484 | DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ARRANJOS
PRODUTIVOS: VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL,
POLISSEMIA DISCURSIVA E OUTROS ASPECTOS DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL

Samuel Cruz dos Santos

Resumo

Este artigo trata do desenvolvimento socioeconômico que se persegue ao longo do tempo a partir do desenvolvimento regional e do desenvolvimento local. Busca-se o desenvolvimento local como base analítica para a compreensão de pontos importantes e de eventuais con(di)vergências entre os estudiosos do tema na atualidade. São abordados o problema das escalas e das aglomerações produtivas, além do papel dos lugares como protagonistas do desenvolvimento. Propõe-se o conceito de velocidade de circulação do capital como fundamental para a coesão regional/local. Questionam-se as políticas de desenvolvimento local como indutoras de redução de desigualdades no Brasil. Conclui-se que os arranjos como formas de organização espacial da produção não se constituem, necessariamente, em instrumentos capazes de reduzir as desigualdades regionais, principalmente enquanto a polissemia dominar o discurso e a prática e, assim, não permitir que as potencialidades das economias de aglomeração se façam, de fato, presentes e que o território exista na concepção dos “muitos territórios”.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Região; Arranjos; Capital.

1 Introdução

O tempo sempre dominou o espaço; o espaço sempre “perturbou” a análise. Na análise econômica, sejam liberais, keynesianos ou marxistas, não importa a escola de pensamento: o espaço é cláusula *ceteris paribus* ou algo agregável, mas não problematizado. Isso não significa que os economistas ignoravam o espaço, apenas que o mesmo não era objeto de preocupação direta. Enquanto a acumulação de capital se faz em um tempo dado no espaço, a rentabilidade, motivo de preocupação do capital, é calculada no tempo. Na fase de formação do capitalismo, coube à acumulação do capital no tempo o papel fundamental. Era a acumulação primitiva, originária. Ainda que se apresentem análises das faces posteriores da acumulação, o espaço surge como contingência: se participa da análise, o faz como necessário à acumulação (Marx) ou como elemento relevante na geração de economias de aglomeração (liberais) que devem ser apropriados no processo produtivo e na realização de lucros. Salvo nas análises de Lênin sobre o imperialismo, o espaço não assumia no pensamento da esquerda a forma de variável de interesse para a economia.

Por outro lado, recuperando o conceito de que o tempo de circulação do capital tem que ser encurtado para a absorção dos excedentes gerados na esfera da produção e que,

portanto, mercados devem ser conquistados como condição de absorção como proposto por Lênin, o território eleva-se à condição de variável relevante. Isso não significa afirmar, entretanto, que ele é dotado de valor a agregar, mas apenas afirmar que a acumulação de capital, a circulação e a realização de lucros exigem absorção e conquista de mercados e, portanto, novos espaços.

Se o capital, ao assumir diversas formas, precisa valorizar-se, reproduzir-se em um movimento dinâmico e constante, torna-se inquestionável a interferência desta dinâmica sobre a condução das políticas monetária e fiscal e sobre as políticas de desenvolvimento socioeconômico quando existentes (ou quando partes dos demais instrumentos de política econômica).

O movimento de globalização traz consigo as políticas de desenvolvimento local como consequência da busca de valorização do capital, da necessidade de escoamento e produção de excedentes. O local pode ser funcional ao processo, mas não se ignoram as tensões nele produzidas por este mesmo movimento que o torna eventualmente funcional. Ao mesmo tempo, é o local produtor e absorvedor auxiliar de excedentes, mas, no mesmo movimento, é o local capaz de ocupar a posição de elemento de resistência e de resposta ao movimento geral do capital mundializado. Podem-se, ainda, propor as questões: o que é o local? Coincide com a região? Pode coincidir com a escala nacional?

É nesse contexto ainda incerto, o do desenvolvimento regional (local) e, em particular, da economia regional, que este artigo se insere. São apresentadas reflexões teóricas sobre questões fundamentais para a compreensão do desenvolvimento do “local locus analítico” e sobre os arranjos produtivos locais como categorias de interesse do estudo do desenvolvimento econômico local/regional. Percorreu-se a literatura sobre planos de desenvolvimento e/ou estabilização na economia brasileira a fim de identificar a categoria “desenvolvimento local” ou “desenvolvimento regional” como partes da preocupação dos formuladores de política econômica ao longo do tempo. Pretendeu-se, com tal leitura, identificar, para além das conhecidas “questões regionais” brasileiras (“questão nordeste”, “questão norte”), verificar a provável gênese da preocupação com o espaço no nível da formulação de política econômica. Propõe-se, ainda, o conceito de velocidade de circulação do capital como fundamental para a compreensão dos mecanismos de coesão ou entropia do desenvolvimento regional/local.

2 O protagonismo do local e a Velocidade de Circulação do Capital

A década de 1980 foi emblemática para o binômio local-global. Em contextos de

estagnação e crise, em regiões com declínio de produção e emprego despontaram *ilhas de prosperidade*. Regiões sem perspectivas de crescimento protagonizaram seu próprio desenvolvimento. Os distritos italianos que se desenvolveram já a partir dos anos 1950, fornecem o melhor exemplo de tal protagonismo: a Terceira Itália, uma “via alternativa” do desenvolvimento italiano. Foram a produção destes distritos e a sua organização diferenciada em relação ao regime fordista de acumulação, além da geração de excedentes exportáveis, que chamaram a atenção do mundo para um “modelo canônico” de desenvolvimento onde, para alguns autores, o distrito é a unidade de acumulação flexível que marca um novo regime de acumulação (Piore, Sabel e Storper, principalmente).

Na década de 1970, as teorias do desenvolvimento regional se desdobram e constroem o espaço como produção social, destacando-lhe como local de luta de classes e de embate entre capital e Estado. Lipietz, Harvey, Castells, Milton Santos e outros autores se destacam naquele momento, cada um com sua contribuição específica ao debate. Entretanto, é nos anos 1980, quando o movimento do capital se impõe duramente e traz consigo a desregulamentação de mercados, que a análise regional vê sua dinâmica “quebrada” e se torna inócua para explicar as mudanças estruturais então presentes.

A reação vem com várias tentativas de explicação do fenômeno do local e a análise regional, via de regra, passa a se fundir com a análise localista, preocupando-se, *a posteriori*, em explicar os fatores que geraram este ou aquele comportamento do local/região e tentando, *a priori*, fornecer referenciais analíticos para que outras regiões se beneficiem de uma prescrição geral para o desenvolvimento.

O poder de transformar o dinamismo de uma região, gerando maiores fluxos de emprego e renda e melhorando indicadores sociais de forma ampla, está diretamente relacionado não ao estoque de fatores de produção em dado instante do tempo, mas antes a uma conjugação de itens que incluem os fatores de produção tradicionais (trabalho, capital, terra), os fatores de produção modernamente considerados (conhecimento, capital simbólico, fatores sócio-históricos), que poderiam ser resumidos no conceito de capital social de Robert Putnam e no conceito de capital relacional, definido como o conjunto de relações fortes e fracas estabelecido entre os membros de uma localidade e seu exterior¹.

Prefere-se, no entanto, um conceito de capital relacional como elemento de dinâmica de um capital que confere velocidade à circulação dos demais capitais. É, portanto, a velocidade de circulação do capital, tomado aqui de forma geral, fundamental para tornar

¹ Permito-me, aqui, algum ecletismo teórico, utilizando termos eminentemente ortodoxos, mas que sintetizam bem o que queremos mostrar.

dinâmicas as regiões anteriormente deprimidas. Desta variável depende a geração de empregos, a geração de renda, o fluxo de relacionamento entre os arranjos e o exterior, a coesão e a eventual ruptura do arranjo, a fragmentação ou a manutenção da unidade territorial. Não se trata de voltar ao privilégio do tempo na análise em detrimento do espaço, mas, precisamente, de incorporar no mesmo ponto o tempo e o espaço, ambos traduzidos no conceito de velocidade de circulação do capital. Este capital, obviamente, circula no tempo, mas, tratando-se de relações entre regiões, entre pessoas, dos laços fortes e fracos de Granovetter e de suas consequências sobre o enraizamento, confere-se importância inquestionável ao espaço, pois é nele que se materializa a velocidade através da materialização do próprio capital.

A velocidade de circulação do capital, por outro lado, traz a semente da destruição do que pode ser criado a partir de economias de aglomeração. O arranjo produtivo maduro, o sistema local de produção ou qualquer outra denominação que se dê ao distrito constituído sob(re) bases relacionais capazes de conferir ao produto ou ao serviço a marca do território, tende a aderir à dinâmica maior do sistema capitalista, isto é, as empresas, por hipótese, tendem ao desarranjo produtivo, a seguir as análises de organização industrial ou da tradicional análise microeconômica das estruturas de mercado. Em resumo, a velocidade de circulação do capital destrói o que o arranjo pressupõe, põe em cheque o binômio concorrência-colaboração, acirrando a concorrência pós-colaboração. É esta desagregação dialeticamente necessária que engendra a dinâmica e as possibilidades de desenvolvimento do espaço-território.

Tentando reduzir a polissemia discursiva em torno das aglomerações produtivas, apresenta-se a seguir uma síntese das principais contribuições analíticas sobre o tema.

3 Escalas, território e capital

Pesquisas sobre desenvolvimento local levantam uma questão primordial: as escalas. Local se refere a que dimensão? Sem a resposta a tal questão, prevalece o senso comum que aponta para o local como lugar: “onde estamos, onde trabalhamos, onde moramos”, um espaço percebido, vivenciado. Esse conceito está distante da nossa necessidade de delimitação do objeto de estudo. Partindo dessa ideia de local, chegamos a um conceito variável, pois moramos, trabalhamos, vivenciamos locais distintos dentro do mesmo município, do mesmo país, do mesmo território. O local que mais nos aproxima de nossos fluxos de trabalho e renda é a municipalidade, embora esta possa conter, do ponto de vista produtivo, tantos locais quantos seu território e sua dinâmica permitirem.

O município é palpável, “juridicamente concreto”, sentido e, portanto, de entendimento relativamente tranquilo para todos. No entanto, o local que importa para o espaço (geo)econômico é o território, o que traz dimensões analíticas mais complexas para a definição: território é o local onde fluxos econômicos, relações sociais, atuações de agentes produtivos e indivíduos ocorrem. Tal afirmação faz com que, eventualmente, o resultado do espaço analítico se distancie do território politicamente definido e o conceito de município já não serve como continente do território, vez que o território pode ser maior, menor ou igual à delimitação político-administrativa de um município, estado ou país. Interessa, portanto, delimitar um território que seja objeto de políticas específicas de desenvolvimento local. Tal delimitação permite à análise socioeconômica atuar e avaliar as consequências para o espaço definido e suas áreas contíguas e para o desenvolvimento das demais escalas analíticas (região, estado e país).

Território é composto por fluxos: pessoas, mercadorias, rendas; território é também estoque: de riquezas, de capital intelectual, de capital simbólico e de tudo o que há aí implícito. São singulares: revelam uma determinada morfologia social, um determinado estágio de evolução tecnológica, um determinado padrão demográfico e determinadas condições infraestruturais. Podem ser redes de cidades ou ecossistemas, mas o território que importa à análise é o da aglomeração produtiva caracterizada pela especialização da produção, o território que emprestaria seu “selo” à produção, onde o tempo se junta ao espaço em uma dimensão cronológica: é a tradição produtiva, em geral, quem ancora a produção de hoje no território, mas é a tecnologia que tudo desmancha quem faz reviver a âncora tradicional. Trata-se do território que acumulou “o capital social de Robert Putnam” ou qualquer outro conceito que se possa forjar de capital que traduza marcos sócio-históricos e relacionais. Para além dos fatores de produção tradicionais, o conceito de trabalho é alargado pela sinergia que advém da atmosfera produtiva marshalliana; o conceito de terra é reforçado pela tradição produtiva que impõe a marca regional (territorial) ao produto fabricado e o conceito de capital é amplamente aumentado ao incorporar não somente o estoque de tradições, aprendizados, mas também as capacidades relacionais, as possibilidades de estabelecimento de redes e de consequente endoginização do desenvolvimento.

A concepção de Pierre Bourdieu em *O Poder Simbólico* alarga o conceito de capital (para além das dimensões aqui consideradas, inclusive) e faz a ligação dos diferentes capitais ao relacionamento interclasses, conferindo-lhe [ao capital] papel importante na definição e na manutenção da coesão entre as classes sociais. Então, a definição de classes sociais sob a ótica

da categoria capital confere uma visão maior da dinâmica relacional entre classes, pois o elemento comum que agrega os atores pode fazê-los transgredir definições pré-concebidas de participação em uma dada classe. Um dos exemplos mais comuns de dinâmica que mantém a coesão é a junção dos jogadores de golfe em um determinado campo: em geral, dado o estoque de capital financeiro necessário à prática do esporte, a probabilidade de algum membro das classes de menor poder aquisitivo da sociedade participe da prática do esporte é pequena. Tem-se o capital financeiro disponível atuando como elemento mantenedor do capital cultural, indicando que, nas partidas de golfe, participam “homens de negócios” (e, neste caso, principalmente homens), partidas onde os negócios são discutidos e, por vezes, decididos.

A transgressão estaria, por exemplo, na junção de portadores de “capitais financeiros” distintos no mesmo local com o mesmo objetivo: na torcida por um jogo de futebol por exemplo. A tensão é latente, porém nem sempre se faz explicitar, viabilizando temporalmente a convivência. Questões fundamentais para os conceitos de território e capital são coesão e tensão, relacionamento e transgressão. Surgem, assim, importantes perguntas: a) como os detentores de capitais iguais se aproximam e o que acontece quando a coesão é rompida? Em outras palavras: em que medida colaboração e concorrência se mantêm como binômios antagônicos garantidores da convivência entre agentes em uma mesma aglomeração? b) O território se impõe à dinâmica do capital, ao seu movimento, ou o território, uma aglomeração produtiva, por exemplo, está refém desta dinâmica?

O território é portador de valor, valor que ganha substância nas diversas dimensões do capital. Em uma perspectiva dialética do capital-processo, o território confere valores estáveis ao mesmo tempo em que revela valores desestabilizadores, frutos da tensão permanente de objetivos, das relações entre seus membros e o exterior e entre os partícipes da produção local. Juntam-se aqui, portanto, dois eixos fundamentais, território e produção, e mais questões se impõem: a) de que modo a produção se faz no território e de que forma dos valores deste território se apodera? b) De que modo transforma o intangível dos capitais sociais e relacionais em valor e como tensiona as relações pré-existentes? c) De que maneira tais relações se transformam ou permanecem temporalmente, conferindo dinamicidade ao território que produz? e) De que maneira o território internaliza a mudança e a transfere para a produção? São questões que possuem respostas pré-determinadas em alguns autores do desenvolvimento local, mas são incompletas, uma vez que partem do pressuposto do aprisionamento das relações sociais em um modelo de preservação da produção territorial. Se é o selo que confere vantagem competitiva à produção do território, aquilo que o

diferencia, é ele quem dá aos trabalhadores alguma estabilidade, uma singularidade inexistente em qualquer outro local. Entretanto, a singularidade marca a diferença e tal diferença pode gerar, por exemplo, fragmentação territorial. O que iguala os partícipes e os torna desiguais naquele espaço e tempo dos demais habitantes do local? Trata-se de outra questão intrigante e que pode refletir a tensão da dinâmica das relações capitalistas de produção.

O território que nos interessa é, assim, o da produção local, concretizada nas aglomerações produtivas, nos arranjos produtivos locais e nos sistemas locais de produção. Os conceitos que correspondem aos termos citados divergem, gerando incômoda polissemia. Partimos dos distritos industriais concebidos por Alfred Marshall, portadores da noção de atmosfera industrial que gera economias de aglomeração. Nitidamente de conotação territorial, os distritos são a base das regiões que marcaram o mundo nos últimos anos pré-crisis europeia e norte-americana e por muitos considerados o caminho para políticas de desenvolvimento. Embora se reconheça no economista inglês a concepção de distritos, ela tem sofrido mutilações ou acréscimos de acordo com os interesses analíticos específicos e com os interesses político-econômicos mais imediatos. Trabalha-se, aqui, com o conceito de arranjo produtivo local como sinônimo de distrito industrial *marshalliano*, um território com ambiente favorável ao desenvolvimento de atividades ancoradas na tradição sócio-histórica local e que permite, *ceteris paribus*, a geração de emprego e renda em função das economias de aglomeração que constituem uma das dimensões das externalidades positivas do arranjo, além de outras variáveis que gerariam efeito positivo sobre o emprego e a renda.

Alargaria o conceito de arranjo produtivo local (APL) a consideração de Sistemas Locais de Produção (SLP), que configuram sistemas mais complexos de produção envolvendo subsistemas de comercialização e logística, por exemplo. No entanto, para nosso propósito, os SLP não agregam nada substancial ao conceito de APL, trazendo apenas uma perspectiva etapista, colocando os SLP em uma dimensão superior, como arranjos maduros. APL maduro e SLP significam arranjos com estruturas mais ou menos complexas de comercialização e produção neste artigo. O que importa, seja arranjo seja SLP, é verificar os freios e contra-freios presentes no que podemos chamar de capital sócio-relacional. É neste sentido, na diferença de intensidade de capital relacional, que nem toda aglomeração produtiva é arranjo produtivo local. Mais ainda: nem todo SLP é indutor de desenvolvimento que gera a redução de desigualdades e, portanto, não necessariamente deveriam estar na base de políticas de desenvolvimento que tenham como a redução de desigualdades regionais. Com consequências ainda mais perversas, o apoio a territórios

específicos pode significar a geração de fragmentação deste mesmo território e de sua área contígua.

Vale ressaltar que, como as relações socioeconômicas e geopolíticas evoluem dinamicamente, devem ser afastadas da análise considerações etapistas de desenvolvimento, que parecem dinâmicas, mas se revestem de uma estática que aprisiona o analista e devem ser colocadas sob a crítica da potencial caducidade de modelos pré-concebidos. Não há como determinar, *a priori*, o período de tempo de maturação de um potencial arranjo no jogo das forças capitalistas de produção, mas uma hipótese seria que a sobrevivência de um arranjo tal como foi concebido por seus partícipes depende diretamente da lógica de autovalorização do capital. Em síntese, o futuro do desenvolvimento local com base em arranjos é, dados o grau de financeirização da riqueza mundial e a dinâmica da divisão internacional do trabalho, incerto. Por outro lado, importa verificar se a existência de distintos capitais mantém a coesão das relações de produção locais e gera a sinergia necessária com as forças capitalistas externas aos arranjos. De outro modo, a pergunta que se faz é se o território dominado pela produção local garante a coesão necessária para a manutenção de fluxos de emprego e renda a longo prazo no jogo das forças capitalistas, isto é, se a coesão é suficiente para garantir a sobrevivência do arranjo.

É neste contexto que devem ser examinados os resultados e as possibilidades deste “modelo de desenvolvimento” que vem sendo apontado por alguns como um modelo pós-fordista, um marco na acumulação capitalista, que se estaria tornando flexível, contrariamente aos rígidos preceitos hierárquico-administrativos das ideias taylor-fordistas de outrora. Uma pergunta que vários autores já propuseram sempre será válida: “é a Terceira Itália o referencial replicável a qualquer país, independente do desenvolvimento de suas forças produtivas e de suas relações sócio-produtivas?” O consenso é quase estabelecido em torno do óbvio: não. Entretanto, é a Terceira Itália um referencial para o desenvolvimento de modelos alternativos aos locais que apresentam estagnação, porém que possuem especial tradição produtiva? “Talvez” é a resposta.

4. A polissemia discursiva no Brasil

Iniciado na década de 1990 e reforçado pelas políticas industriais pós-estabilização, a identificação de *clusters*, aglomerações ou arranjos produtivos como elementos centrais de estratégias de desenvolvimento pelos estados no Brasil ganhou força na década de 2000 e gerou uma espécie de *onda cluster*, um movimento que envolveu órgãos oficiais de fomento, diversas esferas de governo, sindicatos patronais e outras entidades representativas de classe como federações estaduais de indústrias. O eixo comum para as

instituições envolvidas foi a defesa da estratégia como alternativa para o desenvolvimento local/regional.

A identificação das aglomerações sofreu com a polissemia e com interesses específicos das instituições patrocinadoras dos estudos, mas levantou novas *questões regionais* (mais locais do que regionais). A defesa das aglomerações produtivas como elos fundamentais na política de desenvolvimento pelos estados brasileiros, no entanto, gerou iniciativas desarticuladas, distantes de um eixo que pudesse ser identificado com uma política de desenvolvimento de aglomerações produtivas consistente com objetivos de desenvolvimento regional.

Em material de divulgação do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a defesa dos arranjos produtivos foi tratada como a possibilidade de transformar a realidade a partir da ação local, a da construção coletiva. Não há qualquer problema com a construção social defendida, porém as instituições defensoras dos projetos, por vezes, alçam-nos à condição de alternativas únicas, de caminho ideal para o desenvolvimento. No mesmo documento, o Sistema FIEMG destaca a comprovação de grande parte dos empresários de que o crescimento sustentado da indústria passa, necessariamente, pelo fortalecimento do APL. Várias iniciativas foram estabelecidas com a clara opção pela alternativa única do APL como elemento de vitalidade do desenvolvimento local, o que nos remete à reflexão sobre o aprisionamento de diversos caminhos e possibilidades para o local se desenvolver. O APL é um entre muitos outros e precisa ser devidamente definido a fim de ter suas políticas bem estabelecidas. A partir desse movimento de *clusterização do desenvolvimento* (Santos, 2004), o Sistema FIEMG criou a *Redecluster*, rede virtual para debate de temas relacionados aos arranjos produtivos ou sistemas locais de produção. A *Redecluster* identificou os *clusters* brasileiros no ano 2001, identificação que sofreu direta influência dos consultores internacionais e do entendimento de que o arranjo compõe a dinâmica da nova acumulação capitalista. A Tabela 2 consolida as informações disponíveis na Rede, agrupadas por região geopolítica.

Tabela 1

Arranjos Produtivos Locais por Região Geopolítica

Região	Arranjos	Participação %
Brasil	225	100,0
Norte	17	7,6
Nordeste	118	52,4
Sudeste	81	36,0

Sul	6	2,7
Centro-Oeste	3	1,3

Fonte: elaboração do autor

Embora a Rede não pretendesse exaurir a identificação dos clusters, alguns pontos merecem destaque: a) os 118 arranjos nordestinos estão assim distribuídos: 42 no Ceará; 14 na Paraíba; 12 na Bahia; 11 em Pernambuco; 9 em Sergipe; 9 no Piauí; 8 no Rio Grande do Norte; 7 no Maranhão e 6 em Alagoas; b) os 81 arranjos do sudeste distribuem-se da seguinte forma: 50 em Minas Gerais; 18 em São Paulo; 9 no Espírito Santo e 4 no Rio de Janeiro; c) os 17 arranjos do norte estão nos seguintes estados: 4 no Amapá; 3 em cada um das seguintes unidades da federação: Tocantins, Rondônia e Acre; 2 no Amazonas; 1 em Roraima e 1 no Pará; d) os arranjos do sul são 3 em Santa Catarina, 2 no Rio Grande do Sul e 1 no Paraná; e) no Centro-Oeste, foram 2 arranjos no Mato Grosso e 1 em Goiás.

A identificação dos arranjos requer unicidade no conceito que se emprega a fim de que levantamentos distintos possam ser comparados. No caso do trabalho da Redecluster, certamente vários arranjos deixaram de ser contemplados como clusters em função da definição adotada, pois não há como compreender que no estado do Rio de Janeiro e no estado de Sergipe, apenas para citar dois exemplos, não tenham sido identificados arranjos relacionados à cadeia petroquímica.

A polissemia discursiva permitiu que várias aglomerações produtivas locais fossem classificadas como arranjos produtivos (nem sempre destacados como incipientes ou incompletos). Entre arranjos mais conhecidos e outros tantos que foram assim batizados por projetos desenvolvidos no Brasil dos últimos anos, destacam-se:

a) em Minas Gerais: no Projeto Cresce Minas, desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, 47 clusters potenciais foram identificados. O projeto mistura arranjos com alta complexidade, estruturas de comercialização já avançadas e arranjos incipientes sob a mesma categoria clusters potenciais. Por vezes, um mesmo município é identificado como lugar de vários arranjos. Esta identificação traz de volta o problema da escolha: que arranjos fomentar e que mercados absorvem a produção? De todo modo, importantes estruturas produtivas foram identificadas no projeto, entre as quais: calçados em Nova Serrana; biotecnologia em Belo Horizonte; móveis em Ubá; produção de cachaça em Salinas; turismo nas cidades históricas; tecnologia da informação no eixo Pouso Alegre-Santa Rita do Sapucaí, entre outros;

b) em Pernambuco, o Projeto Iniciativa por Pernambuco, desenvolvido pelo Condepe, Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco, avançou no chamado cluster

turismo. A iniciativa teve início em 1999, com ações posteriores de delimitação de corredores turísticos (Recife, Olinda, Jaboatão, Paulista), capacitação de policiais no atendimento ao turista e identificação da necessidade de maior articulação e mobilização das lideranças empresariais e agências públicas ligadas ao turismo;

c) no Rio de Janeiro, a partir de estudos do SEBRAE/RJ, foram definidas 61 concentrações de atividades econômicas/arranjos produtivos locais no estado, entre as quais: petróleo e atividades associadas em Macaé; telecomunicações na Cidade do Rio de Janeiro; informática na Região Serrana e na Cidade do Rio de Janeiro e outras.

Outra questão que causa inquietação é: como se dará a coexistência de inúmeros arranjos produtivos de uma mesma atividade? Como haverá mercado, ainda que se considere a exportação como via de escoamento de excedentes, para uma produção que se suponha crescente de mel, apenas para citar um exemplo?

5. Conclusão: a política industrial e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Brasil dos anos 2000 e os “muitos territórios”

O Estado brasileiro tomou como base da política de redução de desigualdades regionais o incentivo aos arranjos produtivos locais na década de 2000. Criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em 2004, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, GTPAPL, conta com 32 instituições além do próprio Ministério.

O GTPAPL define arranjo produtivo local como “um grande complexo produtivo, geograficamente definido, caracterizado por um grande número de firmas envolvidas nos diversos estágios produtivos e, de várias maneiras, na fabricação de um produto”. A definição trata do que a literatura especializada denomina “sistema produtivo local”, visto que são pré-condições um “complexo produtivo”, “diversos estágios produtivos” e outras características que apontam sistemas produtivos com grau de complexidade elevado em suas cadeias produtivas e no relacionamento interempresarial e entre as empresas e as instituições de apoio/fomento/desenvolvimento, governamentais ou não.

O GTPAPL entende que os APLs são o caminho para o desenvolvimento de setores que privilegiam a expansão da demanda através da inovação, com predomínio das empresas pequenas que se beneficiam das “externalidades marshallianas”. Assim, o local é

portador de valor, pois é ele, através das tradições produtivas, sociais e históricas, quem confere a possibilidade de enraizamento da produção, de ancoragem do produto no território onde é produzido. Neste sentido, o território é confundido com o lugar da produção, aquele espaço geográfico que traz a história e a materializa no bem produzido.

A política de desenvolvimento de APLs é específica dentro da estratégia da política de desenvolvimento brasileira e está baseada em cinco eixos estruturantes da atuação: 1. investimento e financiamento – suporte ao processo de especialização produtiva localizada; 2. governança e cooperação – consolidação das relações interfirmas; 3. tecnologia e inovação – promoção da capacidade tecnológica do arranjo; 4. formação e capacitação - a construção de capital humano específico ao APL; 5. acesso aos mercados nacional e internacional - ações que visam à sustentabilidade econômica do arranjo.

Os eixos envolvem várias hipóteses subjacentes que não serão aqui tratadas por fugirem ao nosso objetivo. Entretanto, algumas linhas podem ser destacadas para apontar a complexidade do tema.

Parte-se do princípio da endogeneidade do fluxo de inovação a partir das economias externas advindas do aprendizado de efeitos inovativos sustentados com a reprodução do conhecimento especializado nos arranjos. Os arranjos poderiam desenvolver canais diversos de comunicação que suplantariam a tecnologia individual, ou seja, trata-se de uma hipótese semelhante à de retornos crescentes de escala, sendo que, neste caso, a escala é dada pela presença das pequenas e médias empresas que, por hipótese, possuem capacidade inovativa. Possuindo tal capacidade, o efeito-espaco lançará os resultados para além do que as firmas isoladamente poderiam fazê-lo. O processo é internalizado e, portanto, tornado contínuo e endógeno.

Outra hipótese importante é a da disponibilidade de mão de obra especializada “na fronteira do arranjo”, viabilizada pela sobreposição entre indústria e comunidade. A hipótese carece de maior elaboração e de evidências que a suportem, visto que há alguma dificuldade analítica em se estabelecer a “fronteira” territorial do arranjo e, mais importante, não há garantias de que a especialização esteja à disposição dele [arranjo], ainda que em sistemas maduros e que, portanto, estão em constante evolução.

A estratégia brasileira para fomento a APLs é o desenvolvimento de um Plano de Desenvolvimento Preliminar – PDP que traduz as oportunidades de negócios do APL potencial. A partir desta visão geral e da interação entre as instituições que compõem o GTPAPL, vários arranjos produtivos foram apoiados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia através de seus programas de fomento à inovação; O que chama a atenção é a replicação do

apoio a vários arranjos idênticos dentro da mesma região, o que pode levar, dadas as considerações anteriores, a problemas de escoamento de produção, geração de emprego e fragmentação territorial. É urgente, portanto, seja a partir dos trabalhos do GTPAPL seja a partir de outros fóruns, definir o local do desenvolvimento e o local a que se destinam as políticas de desenvolvimento. Vale lembrar, trata-se de um local que não se confunde, necessariamente, com uma região, mas com um fluxo de inúmeras variáveis macro e microeconômicas, demográficas, sociais, educacionais, apenas para citar alguma adjetivação.

Assim, políticas localistas são necessárias, porém não se definem sem o seu objeto: o local-território e suas interações com o território-mundo. É bom lembrar que a “boa doutrina” nos informa que a existência do capital só faz sentido como muitos capitais. Do mesmo modo, o território só pode existir como muitos territórios.

Referências Bibliográficas

Becattini, G. 2002. Del distrito industrial marshalliano a la « teoría del distrito » contemporânea: una breve reconstrucción crítica. *Investigaciones Regionales*, Asociación Española de Ciencia Regional, Madrid, n. 1, outono, 2002.

Benko, G.; Lipietz, A. (Org.). 1994. *As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora.

Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. 2004. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand

Campanário, M. de A.; Costa, T.R.; Silva, M.M. *Intenções implícitas na Nova Política Industrial Brasileira*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, X, 2005, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 2005, 1CD-ROM.

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. 2001. *Cresce Minas: informações sobre alguns clusters de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 50 p. Mimeografado.

Granovetter, M. 1973. *The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revisited*. [Online]. Disponível: http://www.si.umich.edu/~rfrost/courses/SI110/readings/In_Out_and_Beyond/Granovetter.pdf. [Acessado em: 28 jan. 2009].

Harvey, D. 2007. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.

Kon, A.(Org.).2002. *Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva.

Lafer, B.M. 1970. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.

Lênin, V.L.1985. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural.

Marshall, A. 1998. Organização industrial – concentração de indústrias especializadas em certas localidades. In: Princípios de Economia, vol. 1., São Paulo, Nova Cultural.

Myrdal, G.1968. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga.

Porter, M. E. 1989. A Vantagem Competitiva das Nações. Rio de Janeiro: Campus.

Santos, M..2007. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 14. ed. Rio de Janeiro: Record.

Suzigan, W.; Garcia, R.; Furtado, J.2007. Sistemas locais de produção: indicadores, estudos de casos e políticas. In: Fauré, Y-A. Hasenclever, L. 2007. Caleidoscópio do Desenvolvimento Local no Brasil: Diversidade das Abordagens e das Experiências. Rio de Janeiro: e-Papers,52-79.

Vainer, C. B.2002. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/UFRJ – ano XV, n.2 (ago-dez/2001)/ano XVI, n. 1, (jan-jul/2002). Rio de Janeiro: DP&A: IPPUR/UFRJ, 2002.

Vale, G.M.V. 2007. Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais. Rio de Janeiro: Garamond/SEBRAE.